



SENADO FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 4

CONSULTOR LEGISLATIVO

MANHÃ

ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO

DIREITO TRIBUTÁRIO E

DIREITO FINANCEIRO

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **100 (cem)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas e o preenchimento da folha destinada ao texto definitivo da redação.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida troca do cartão de resposta em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

BLOCO I - CONHECIMENTOS GERAIS**Língua Portuguesa****1**

Leia o fragmento a seguir.

“Estamos na fase preliminar de uma das maiores batalhas da história (...) Que estamos em ação em muitos pontos — na Noruega e na Holanda — (...) que temos que estar preparados no Mediterrâneo. Que a batalha aérea é contínua, e que muitos preparativos têm que ser feitos aqui em casa.

Eu diria à Câmara como disse àqueles que aderiram a este governo: “Não tenho nada a oferecer além de sangue, labuta, lágrimas e suor”. Temos diante de nós uma provação do tipo mais grave. Temos diante de nós muitos, muitos longos meses de luta e de sofrimento.

Você pergunta, qual é a nossa política? Direi: É travar uma guerra, pelo mar, terra e ar, com toda a nossa força e com toda a força que Deus pode nos dar; para travar uma guerra contra uma tirania monstruosa, nunca superada no catálogo sombrio e lamentável do crime humano. Essa é a nossa política. Você pergunta, qual é o nosso objetivo? Eu posso responder em uma palavra: Vitória. Vitória a todo custo — vitória apesar de todo o terror — Vitória, por mais longa e difícil que seja o caminho, pois sem vitória não há sobrevivência.”

CHURCHILL, Winston, pronunciamento na Câmara dos Comuns do Parlamento Britânico, em 13 de maio de 1940.

A seguir aparecem algumas observações sobre o discurso político; entre essas observações, assinale a que se relaciona mais diretamente a esse fragmento do discurso de Churchill, considerando exclusivamente esse segmento e sua situação de produção.

- (A) O discurso apresenta uma tese exposta na primeira frase do texto e, da mesma forma, também tem um argumento que a apoia. Portanto, a afirmação que se pretende comunicar aos destinatários é defendida com fatos reais ou raciocínio plausível.
- (B) A construção de um discurso tem um senso estratégico de ação, isto é, na exposição de sua ideia, existem objetivos definidos, modos ou maneiras claras de alcançá-los e antagonistas ou obstáculos que podem se apresentar como ameaças no campo de jogo.
- (C) Nesse tipo de fala, o receptor está em uma posição em que deve decidir e tomar uma posição em relação a eventos passados, ocorrendo um provável julgamento do desempenho dos líderes.
- (D) O discurso político nesses casos concentra-se em demonstrar que ações precisas e necessárias foram tomadas no desenvolvimento da gestão, abordando meios de subsistência suficientes e, além de convincente, garantindo que a coisa certa foi feita sobre uma questão transcendental e futura.
- (E) É uma ferramenta essencial para os atores políticos, pois é usada por eles para expressar sua maneira de ver certos problemas, vincular os ouvintes aos seus ideais, gerar perguntas sobre o exercício do poder ou criar esperança para quem recebe a mensagem.

2

Leia o fragmento a seguir.

“Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumprí o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração.

Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública.

Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional.”

QUADROS, Jânio. Carta enviada ao Congresso Nacional.
Brasília, 25 de agosto de 1961.

Assinale a opção que indica a marca formal e semântica que melhor define o texto da carta de Jânio Quadros.

- (A) Enumeração de problemas enfrentados pelo presidente no exercício de sua função, justificando a sua decisão de renunciar à Presidência e apresentando os motivos de sua desistência de forma objetiva.
- (B) Relato dos feitos realizados no período do mandato, numa espécie de prestação de contas a seus eleitores.
- (C) Apelo sentimental e patriótico aos eleitores no sentido de que o presidente mostre seu ato como um motivo a mais de valorização pessoal.
- (D) Explicação dada a seus eleitores, demonstrando a impossibilidade de cumprir os ideais partidários com que o presidente se havia comprometido no período eleitoral.
- (E) Tentativa de manipulação da opinião pública contra as estruturas vigentes a fim de incentivar a eleição de novos mandatários comprometidos com o povo brasileiro e seus anseios.

3

Num cenário de formatura colegial, o professor encarregado do discurso de patrono da turma, começou-o da seguinte forma:

“Senhores pais aqui presentes, meus caros ex-alunos: neste meu discurso vou seguir os conselhos de Millôr Fernandes, que recomendava que discursos de formatura e governos de ditadura, quanto mais curtos, melhor!”

Assinale a opção que apresenta a recomendação do especialista Jorge David Cortés Moreno sobre a maneira de introduzir-se um discurso, que foi seguida pelo patrono da turma.

- (A) Enumerar todas as pessoas presentes a fim de que se sintam valorizadas e participem da fala do orador.
- (B) Indicar previamente o conteúdo da fala, tentando despertar a curiosidade dos ouvintes.
- (C) Valorizar o discurso com uma citação culta no sentido de prender a atenção do público.
- (D) Começar por uma frase inesperada dentro da situação de enunciação, fugindo de um lugar-comum.
- (E) Destacar ironicamente um aspecto do discurso, aspecto esse que corrobora as marcas tradicionais do mesmo tipo de texto.

4

O texto publicitário a seguir anuncia um curso sobre o liberalismo.

Falar em nome do liberalismo virou moda, e muitos tentam usurpar o termo para diferentes escolas de pensamento. Venha mergulhar nas ideias dos grandes pensadores da liberdade, desde os clássicos até os contemporâneos.

Conheça a fundo as obras das principais referências do liberalismo e conservadorismo, com quem está há pelo menos 20 anos estudando o tema e que atuou diretamente na disseminação da filosofia liberal, muito antes da polarização atual. Entenda, de uma vez por todas, os conceitos das diferentes vertentes do liberalismo. Pensadores da Liberdade é o manual definitivo para entender os principais argumentos que sustentam o liberalismo.

Por meio da influência desses mestres, o curso oferece uma visão e um entendimento a respeito da liberdade e o que devemos fazer para chegarmos mais perto desse ideal.

O melhor antidoto contra o obscurantismo e a desinformação é o conhecimento. O curso apresenta matéria consistente para que cada pessoa possa construir a própria reflexão sobre os valores de uma sociedade verdadeiramente democrática.

(Adaptado)

Assinale a opção que indica a instrução destinada à produção de um texto como esse, que foi seguida pelo seu autor.

- (A) Fazer pesquisas sobre o tema. Se você deve informar ou persuadir o público, sua credibilidade é essencial. Então, você deve conhecer seu tema de forma exaustiva. Não o focalize sob o seu ponto de vista pessoal e procure todos os argumentos ligados a ele. Você poderá, assim, enfrentar toda pergunta do público e convencê-lo de forma mais eficiente.
- (B) Se seu texto visa a convencer alguém, você pode apresentá-lo sob a forma de problema a resolver. O corpo do texto será composto de duas partes: a primeira destaca as questões de mais interesse e a segunda as desenvolve, apresentando também as soluções, com respostas para cada elemento evocado na primeira parte.
- (C) Encontre uma focalização eficaz. Os primeiros minutos de seu discurso são capitais para despertar o interesse e a atenção do público; você pode, por exemplo, introduzir o texto de forma a destacar um traço marcante do tema ou uma cifra eloquente.
- (D) Organize suas ideias de forma lógica. Um texto é proporcionalmente mais eficaz à medida que é simples no fundo e na forma. Faça seu desenvolvimento em torno de três ou quatro pontos mais importantes, seguindo uma ordem cronológica ou estabelecendo comparações.
- (E) Cuide das ligações entre as partes do texto, fazendo um texto fluido e coerente. Na falta desses elementos de transição, seu texto vai parecer frouxo e desorganizado.

5

O texto descritivo a seguir tem por objeto o famoso quadro de Leonardo Da Vinci, a *Monalisa*.



A mulher pintada é representada no modelo de uma pirâmide, numa geometrização triangular, em que as mãos cruzadas formam a base da pirâmide. O centro do quadro é o peito da mulher e está alinhado com o olho esquerdo e os dedos da mão direita. Seu braço esquerdo está confortavelmente apoiado no braço da cadeira e é cruzado pelo braço direito. A posição dos braços, junto com a da cadeira, transmite uma distância entre ela e o observador. A cabeça é coberta por um véu que simboliza a castidade, frequente nos retratos de uma esposa. Não apresenta joias ou sinais particulares de ostentação ou poder econômico.

A postura da Monalisa indica serenidade e, junto com o olhar de soslaio, mas direto para o espectador, mostra o domínio dos sentimentos, algo que normalmente não era atribuído a uma mulher naquela época. O rosto não tem sobrancelhas.

A expressão da mulher na pintura é enigmática ou ambígua. Isso porque o olhar, o corpo e as mãos são direcionados em ângulos sutilmente diferentes. Na borda esquerda da pintura você pode ver a base de uma coluna, sugerindo que a mulher está sentada em uma galeria. A paisagem ao fundo é pintada com uma perspectiva aérea. O azul esfumado e a perspectiva difusa e pouco nítida dão à composição maior profundidade. A paisagem de fundo apresenta um certo desequilíbrio, pois cria a ilusão de uma paisagem que se divide em duas. No entanto, não há continuidade entre os dois. Parece que não há correspondência em termos de alturas e linhas.

Sobre essa descrição, assinale a afirmativa correta.

- (A) A finalidade da descrição pode ser caracterizada como sentimental, já que o observador mostra sua profunda admiração pela obra.
- (B) O observador, focalizando o quadro como real conhecedor de pintura, destaca técnicas geométricas que construíram a beleza do quadro e, como admirador, indica a composição progressiva da imagem da mulher.
- (C) A descrição tem finalidade estética, ou seja, procura mostrar ao leitor os caminhos de uma real observação estética da pintura, com total conhecimento das estratégias e técnicas do pintor e dos efeitos produzidos.
- (D) O texto mostra nítido valor simbólico, em que abundam os exemplos de linguagem figurada a fim de retratar de forma fiel uma obra tão importante.
- (E) Os detalhes destacados na pintura e no modelo são bastante objetivos, com informações sobre as técnicas pictóricas utilizadas e sobre detalhes intrigantes do quadro, com os esclarecimentos necessários ao seu entendimento.

6

Os textos podem apresentar problemas de entendimento quando mostram mais de uma possibilidade de sentido. Esse tipo de problema pode ser causado por um vocábulo que, no contexto, apresenta mais de um significado (polissemia) e também pode ser provocado por uma estruturação sintática inadequada (ambiguidade).

Assinale a opção que mostra simultaneamente polissemia e ambiguidade.

- (A) Os problemas políticos no Ministério da Educação foram resolvidos pela troca do ministro.
- (B) O presidente e o ministro viajam para a Europa na próxima semana.
- (C) O passageiro enjoado dirigiu-se ao banheiro da aeronave.
- (D) Você chegou a ver a coleira do cachorro que Heitor comprou ontem?
- (E) A exibição dos novos modelos agradou a todos os frequentadores do desfile.

7

Leia o fragmento textual a seguir.

“É com alegria que eu me rendo aos apelos de meus concidadãos e venho saudar, no meio deles, as esperanças de emancipação, de ordem e de paz que vão germinar, misturadas às raízes desta árvore da liberdade. A árvore é um belo e verdadeiro símbolo da liberdade! A liberdade tem raízes no coração do povo, como a árvore no coração da terra; como a árvore, ela desenvolve seus ramos no céu; como a árvore, ela cresce sem cessar e cobre as gerações com sua sombra.”

(Discurso de Victor Hugo em 1848, no ato de plantar uma árvore).

Sobre a estruturação desse pequeno texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O autor do discurso apela, inicialmente, para o patriotismo dos ouvintes a fim de que seu discurso seja bem recebido.
- (B) Todo o discurso se apoia na comparação entre as raízes de uma árvore e as raízes da liberdade.
- (C) O autor, na afirmação de que a liberdade desenvolve seus ramos no céu, quer referir-se à proteção divina dada àqueles que lutam pela liberdade.
- (D) As afirmações comparativas do autor se fundamentam em valores universalmente admitidos, ainda que em linguagem figurada.
- (E) A referência à sombra da árvore, além do papel de proteção, mostra os movimentos ocultos que lutam pela liberdade dos povos.

8

Um orador parlamentar terminou um de seus discursos com a seguinte frase de efeito:

“Quem é feliz não o sente e nunca sabe que o é!”

Sobre a estruturação sintático-semântica dessa frase, assinale a afirmativa correta.

- (A) O termo “Quem é feliz” pode ser substituído no contexto da frase por “O felizardo”.
- (B) O final da frase mostra uma elipse do termo “feliz”.
- (C) A frase pode ser reescrita, com a eliminação das negativas, por “Quem é feliz é insensível e ignora que o é”.
- (D) As duas ocorrências do pronome “o” substituem o adjetivo “feliz”.
- (E) A frase tem como equivalente a construção “Quem é feliz não só não o sente como também nunca sabe que o é”.

9

Um escritor francês aborda, no texto argumentativo a seguir, a influência americana na França atual.

“Eu certamente admiro o povo americano; mas esse povo, por muitos aspectos de seu gênio, me é mais estrangeiro que qualquer outro. Eu nunca visitei os EUA. Mas eles fizeram muito mais do que nos visitar: eles nos transformaram. O ritmo de nossa vida cotidiana segue o modelo deles. Sua música aparece em milhões de discos. Milhares de filmes, sobre todas as telas de Paris e do interior, nos impõem seus modelos: a idolatria da técnica, de todas as técnicas criadas pelo homem, a loucura pela velocidade... “Não se compreende nada da civilização moderna, se não se admite antes que ela é uma conspiração universal contra toda vida interior...” escrevia Georges Bernanos, em 1945. Sim, contra tudo o que tinha valor para as pessoas de minha raça: uma vida recolhida numa mansão antiga onde viveram antes de nós aqueles de quem viemos e que nos amaram.”

Sobre esse texto argumentativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) O texto protesta contra um colonialismo de um novo tipo: a influência crescente da cultura americana sobre a Europa, rejeitando-a parcialmente, sobretudo no terreno artístico.
- (B) Os argumentos apresentados para demonstrar a influência americana são dificilmente refutáveis, já que apelam para a evidência cotidiana.
- (C) A presença de termos como “idolatria” e “loucura” mostra, implicitamente, apreço pela cultura dos Estados Unidos, que o autor aparentemente rejeita.
- (D) Um contra-argumento que se poderia opor ao pensamento do autor do texto é o de que a influência americana só atinge os países culturalmente mais débeis.
- (E) A visão do autor do texto é bastante otimista, no sentido de que o mundo futuro será apoiado em brilhante tecnologia e vida exterior intensa, facilitando o enriquecimento mútuo das nações.

10

Leia o fragmento a seguir.

“Estou contente de me reunir hoje com vocês nesta que será conhecida como a maior demonstração pela liberdade na história de nossa nação.

Há dez décadas, um grande americano, sob cuja sombra simbólica nos encontramos hoje, assinou a Proclamação da Emancipação. Esse magnífico decreto surgiu como um grande farol de esperança para milhões de escravos negros que arderam nas chamas da árida injustiça. Ele surgiu como uma aurora de júbilo para pôr fim à longa noite de cativo.

Mas cem anos depois, o negro ainda não é livre. Cem anos depois, a vida do negro ainda está tristemente debilitada pelas algemas da segregação e pelos grilhões da discriminação.

Cem anos depois, o negro vive isolado numa ilha de pobreza em meio a um vasto oceano de prosperidade material. Cem anos depois, o negro ainda vive abandonado nos recantos da sociedade na América, exilado em sua própria terra. Assim, hoje viemos aqui para representar a nossa vergonhosa condição.”

LUTHER KING, Martin. *Eu tenho um sonho*. Washington DC. 28 de agosto de 1963.

Assinale a opção que apresenta a afirmação adequada ao fragmento acima.

- (A) Os discursos políticos, como esse, abordam questões ideológicas relacionadas ao contexto em que estão se desenvolvendo.
- (B) O fragmento apresenta uma tese, apoiada em argumentos que citam fatos reais, retirados do cotidiano da população negra dos EUA.
- (C) O trecho inicial do discurso de Martin Luther King tem como objetivo de persuasão o adversário político das ideias defendidas.
- (D) Como a maioria dos discursos políticos, esse também se apoia numa linguagem bastante objetiva, como meio mais fácil de convencimento.
- (E) Nesse fragmento, o enunciador está em uma posição em que deve decidir e tomar uma posição em relação a eventos passados, mostrando sua responsabilidade de governante.

Raciocínio Lógico Matemático

11

Três candidatos disputam uma vaga para o Senado Federal. Segundo pesquisas eleitorais, o candidato A abriu uma vantagem de 10 pontos percentuais em relação ao candidato B, o segundo colocado. O candidato C, terceiro colocado, aparece com 8% das preferências do eleitorado.

Há pressões para que C desista da disputa. Caso isso ocorra, 42% de seus eleitores migrariam para a candidatura A, ao passo que 27% optariam por B, segundo as mesmas pesquisas.

Nesse cenário de apenas dois candidatos, a nova diferença percentual entre os candidatos A e B será de

- (A) 15,6%.
- (B) 14,3%.
- (C) 13,8%.
- (D) 12,5%.
- (E) 11,2%.

12

Um reservatório tem o formato de um cone reto. Ele está invertido, com o vértice para baixo e a base para cima. Um líquido é despejado no reservatório a uma vazão constante. Após uma hora, o líquido atinge uma altura igual à metade da altura do reservatório.

O número de horas adicionais necessárias para encher todo o reservatório é igual a

- (A) 1.
- (B) 3.
- (C) 5.
- (D) 7.
- (E) 8.

13

Uma empresa constrói ferrovias usando 3 tipos de peças de encaixe, de 110, 210 e 310 metros de comprimento. Ela pretende construir um trecho com exatamente 1,5 quilômetros de extensão, usando ao menos uma peça de cada um dos 3 tipos.

O número total de peças que ela deve usar para montar o trecho da ferrovia é igual a

- (A) 8.
- (B) 9.
- (C) 10.
- (D) 11.
- (E) 12.

14

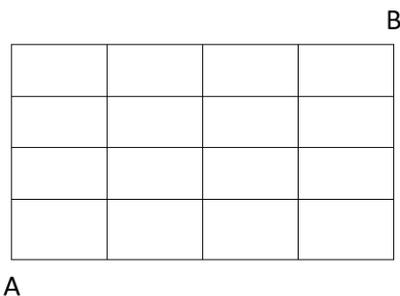
Uma urna contém três bolas brancas. Uma segunda urna contém uma bola branca e duas pretas. Retira-se uma bola ao acaso de uma das urnas e verifica-se que ela é branca, desconhecendo-se qual urna foi escolhida. A seguir, retira-se uma segunda bola, ainda se desconhecendo de qual urna se trata, e verifica-se que ela também é branca.

A probabilidade de que uma terceira bola retirada de uma das urnas seja preta é igual a

- (A) 1/2.
- (B) 1/3.
- (C) 1/4.
- (D) 3/4.
- (E) 2/3.

15

Luciana deseja ir do vértice A ao vértice B da malha abaixo.



Ela pode caminhar em linha reta, indo de baixo para cima ou da esquerda para a direita, ao longo das linhas da malha.

O número de modos diferentes de Luciana realizar o seu trajeto é igual a

- (A) 32.
- (B) 56.
- (C) 64.
- (D) 70.
- (E) 84.

16

A *negativa* da frase

“Se fizer sol amanhã, eu vou à praia.”

é

- (A) Se fizer sol amanhã, eu vou ficar em casa.
- (B) Amanhã fará sol, mas eu não vou à praia.
- (C) Se fizer sol amanhã, eu não vou à praia.
- (D) Se não fizer sol amanhã, eu não vou à praia.
- (E) Amanhã não fará sol e eu vou à praia.

17

Paulo termina seus estudos na faculdade às 16h. Nessa mesma hora, Dora sai de casa para buscá-lo de carro. Ela demora 1 hora para ir até a faculdade e 1 hora para voltar da faculdade à casa, andando sempre à mesma velocidade.

Certo dia, ao final das aulas, Paulo resolveu alugar uma bicicleta e tomar o caminho de casa, para ganhar tempo. Com isso, ele se encontrou com Dora após 35 minutos e os dois voltaram para casa de carro.

Paulo e Dora chegaram em casa no seguinte horário:

- (A) 17h.
- (B) 17h05min.
- (C) 17h10min.
- (D) 17h15min.
- (E) 17h20min.

Língua Inglesa

Read text I and answer the six questions that follow it.

Text I

The New Rules of Data Privacy

The data harvested from our personal devices, along with our trail of electronic transactions and data from other sources, now provides the foundation for some of the world's largest companies. [...] For the past two decades, the commercial use of personal data has grown in wild-west fashion. But now, because of consumer mistrust, government actions, and competition for customers, those days are quickly coming to an end.

For most of its existence, the data economy was structured around a “digital curtain” designed to obscure the industry's practices from lawmakers and the public. Data was considered company property and a proprietary secret, even though the data originated from customers' private behavior. That curtain has since been lifted and a convergence of consumer, government, and market forces are now giving users more control over the data they generate. Instead of serving as a resource that can be freely harvested, countries in every region of the world have begun to treat personal data as an asset owned by individuals and held in trust by firms.

This will be a far better organizing principle for the data economy. Giving individuals more control has the potential to curtail the sector's worst excesses while generating a new wave of customer-driven innovation, as customers begin to express what sort of personalization and opportunity they want their data to enable. And while Adtech firms in particular will be hardest hit, any firm with substantial troves of customer data will have to make sweeping changes to its practices, particularly large firms such as financial institutions, healthcare firms, utilities, and major manufacturers and retailers.

Leading firms are already adapting to the new reality as it unfolds. The key to this transition — based upon our research on data and trust, and our experience working on this issue with a wide variety of firms— is for companies to reorganize their data operations around the new fundamental rules of consent, insight, and flow.

[...]

Federal lawmakers are moving to curtail the power of big tech. Meanwhile, in 2021 state legislatures proposed or passed at least 27 online privacy bills regulating data markets and protecting personal digital rights. Lawmakers from California to China are implementing legislation that mirrors Europe's GDPR, while the EU itself has turned its attention to regulating the use of AI. Where once companies were always ahead of regulators, now they struggle to keep up with compliance requirements across multiple jurisdictions.

Adapted from: <https://hbr.org/2022/02/the-new-rules-of-data-privacy>
February 25, 2022 – Retrieved September 6, 2022

18

Based on Text I, mark the statements below as true (T) or false (F).

- () Advertising firms will be majorly affected by changes in data privacy rules.
- () Formerly, control over personal data for commercial purposes followed tight guidelines.
- () Legislators have currently been lax on users' assent of their data.

The statements are, respectively,

- (A) T – F – F.
- (B) F – F – T.
- (C) F – T – T.
- (D) F – T – F.
- (E) T – F – T.

19

The word “troves” in “troves of customer data” (3rd paragraph) refers to a(n):

- (A) sensible batch.
- (B) classified input.
- (C) controlled bunch.
- (D) sensitive network.
- (E) valuable collection.

20

According to the 2nd paragraph, in relation to the industry's practices, the function of the “digital curtain” was to

- (A) spur them.
- (B) forbid them.
- (C) endure them.
- (D) conceal them.
- (E) sponsor them.

21

In “Federal lawmakers are moving to curtail the power of big tech” (5th paragraph), it is implied that, in relation to the power of big tech, federal lawmakers aim at

- (A) spreading it out.
- (B) cutting it down.
- (C) taking it away.
- (D) crossing it off.
- (E) tangling it up.

22

“As” in “Leading firms are already adapting to the new reality as it unfolds” (4th paragraph) signals a

- (A) contrast.
- (B) condition.
- (C) conclusion.
- (D) comparison.
- (E) concomitance.

23

In the extract “now they struggle” (5th paragraph), the pronoun refers to

- (A) requirements.
- (B) legislatures.
- (C) lawmakers.
- (D) companies.
- (E) regulators.

Read Text II and answer the two questions that follow it.

Text II



“Another memo from our Legal department. Cursors have too many sharp edges and must be removed from all of our computers.”

From: https://www.glasbergen.com/ngg_tag/legal-department/

24

The gist of this cartoon depends on the reader

- (A) sighting the arrow.
- (B) mastering the rules.
- (C) understanding the pun.
- (D) handling the hardware.
- (E) noticing the straight faces.

25

The character's speech reveals that the legal department has

- (A) praised the quality of the software.
- (B) sent at least one memorandum before.
- (C) scoffed at the scope of current cursors.
- (D) been demanding highly skilled employees.
- (E) considered computers a shrewd investment.

Processo Legislativo Constitucional

26

No início da legislatura, seriam definidos os integrantes de determinada Comissão permanente do Senado Federal. Os senadores filiados aos Partidos Políticos *Alfa*, *Beta* e *Gama*, em total de 9 (nove), atuavam sob uma liderança comum no âmbito dessa Casa Legislativa, o que fez que os líderes dos referidos partidos perdessem suas atribuições e prerrogativas regimentais. Com isso, ao ver dos senadores, aumentavam suas chances de participar da referida Comissão.

Considerando os termos dessa narrativa e à luz da sistemática constitucional vigente, é correto afirmar que

- (A) todos os partidos políticos têm o direito assegurado de participar da referida Comissão.
- (B) todos os senadores, independente da reunião descrita no enunciado da questão, têm o direito subjetivo de participar da referida comissão.
- (C) deve ser assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional, na referida Comissão, dos partidos políticos e dos partidos reunidos sob uma liderança comum, como descrito no enunciado.
- (D) deve ser sempre assegurada a representação proporcional dos partidos políticos na referida Comissão, mas não a participação de partidos reunidos sob uma liderança comum, como descrito no enunciado.
- (E) deve ser assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos na referida Comissão, mas não a participação de partidos reunidos sob uma liderança comum, como descrito no enunciado.

27

O parlamentar federal XX estava muito sensibilizado com a reivindicação de reajuste remuneratório insistentemente apresentada por diversas associações de servidores públicos federais. Por essa razão, solicitou que sua assessoria jurídica elaborasse o respectivo projeto de lei, o qual tinha convicção que seria aprovado, sequencialmente, por cada Casa do Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República.

Caso fosse promulgada uma lei resultante do processo legislativo descrito na narrativa, seria correto afirmar que ela

- (A) não apresentaria qualquer vício, tendo total higidez jurídica perante a ordem constitucional.
- (B) apresentaria apenas vício de iniciativa, que seria suprido pela sanção do Presidente da República.
- (C) apresentaria apenas vício procedimental, em relação à sanção do Presidente da República.
- (D) apresentaria apenas vício de iniciativa, que não seria suprido pela sanção do Presidente da República.
- (E) não apresentaria qualquer vício, desde que o projeto tenha sido aprovado pela maioria de três quintos de cada Casa.

28

Com base em alentado anteprojeto elaborado por uma comissão de notáveis, o Presidente da República apresentou projeto de lei veiculando um “Código Empresarial”, que foi muito elogiado em razão de sua elevada sistematização, além de aumentar a confiabilidade dos empresários, principalmente estrangeiros, na legislação brasileira.

O Chefe do Poder Executivo, sensível a essa constatação e com o objetivo de superar alguns problemas enfrentados pela República Federativa do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio, solicitou que o referido projeto tramitasse em regime de urgência, a começar pela Casa Legislativa iniciadora.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Casa Legislativa iniciadora será

- (A) o Senado Federal, sendo que a aprovação, ou não, do regime de urgência, dependerá de deliberação do plenário da Casa Legislativa.
- (B) a Câmara dos Deputados, sendo que os prazos afetos ao regime de urgência não são aplicados na situação descrita na narrativa.
- (C) o Senado Federal, sendo que a aprovação, ou não, do regime de urgência, dependerá de deliberação da mesa diretora da Casa Legislativa.
- (D) a Câmara dos Deputados, não havendo margem de liberdade para a Casa Legislativa aprovar, ou não, o regime de urgência solicitado pelo Presidente da República.
- (E) a Câmara dos Deputados, não havendo margem de liberdade para a Casa Legislativa aprovar, ou não, o regime de urgência solicitado pelo Presidente da República.

29

João e Maria travaram intenso debate a respeito do processo para aprovação da emenda constitucional, mais especificamente a respeito de sua distinção em relação à revisão constitucional. Ao final, concluíram que

- I. enquanto a emenda constitucional pode ser promulgada a qualquer momento, a revisão constitucional somente pode ser realizada a cada cinco anos;
- II. o processo legislativo da revisão constitucional é mais qualificado que o da emenda constitucional, exigindo um quórum de aprovação maior;
- III. os limites a serem observados para a aprovação da emenda constitucional não se identificam com os da revisão constitucional.

Em relação às conclusões de João e Maria

- (A) apenas a conclusão I está correta.
- (B) apenas a conclusão II está correta.
- (C) apenas a conclusão III está correta.
- (D) apenas as conclusões I e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

30

O Presidente da autarquia federal *Alfa* foi informado pelo órgão de controle interno que era chegado o momento de apresentar suas contas de gestão ao Tribunal de Contas da União.

Ao se informar sobre o procedimento a ser seguido na apreciação de suas contas, foi-lhe corretamente informado que o Tribunal de Contas

- (A) julgaria suas contas, sendo cabível a interposição de recurso para o Congresso Nacional.
- (B) se limitaria a apresentar parecer prévio sobre suas contas, o qual seriam livremente apreciadas pelo Congresso Nacional.
- (C) julgaria suas contas, podendo decorrer da decisão, entre outras consequências, a aplicação de multa e a imputação de débito.
- (D) se limitaria a apresentar parecer prévio sobre suas contas, o qual somente deixaria de prevalecer pelo voto de dois terços dos membros do Congresso Nacional.
- (E) julgaria suas contas, estando autorizado a realizar a imputação de débito, não a aplicar multa, não sendo cabível a interposição de recurso para o Congresso Nacional.

BLOCO II - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ciência Política

31

A respeito dos conceitos de governabilidade e governança em um contexto democrático, relacione corretamente essas categorias a seus respectivos atributos.

1. Governabilidade
 2. Governança
- () Refere-se às condições substantivas e materiais de exercício do poder e de legitimidade do Estado e do seu governo, decorrentes de sua postura diante da sociedade civil e do mercado.
 - () Entende-se como a formulação e implementação das políticas de um governo para a consecução das metas coletivas que compõem o seu programa, legitimado pelas urnas.
 - () Concebe-se como a autoridade política do Estado em si, sua capacidade para agregar os múltiplos interesses dispersos pela sociedade e apresentar-lhes um objetivo comum para os curto, médio e longo prazos.
 - () Apoia-se nos agentes públicos ou servidores do Estado que possibilitam a formulação e implementação das políticas públicas e representam o Estado diante da sociedade civil e do mercado.

Assinale a opção que estabelece a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1, 2, 2 e 1.
- (B) 2, 1, 1 e 2.
- (C) 1, 1, 2 e 1.
- (D) 1, 2, 1 e 2.
- (E) 2, 2, 1 e 1.

32

A formulação do conceito de Estado moderno remonta ao século XVI, quando a crise dos grandes poderes universais e dos poderes senhoriais feudais abriu o espaço para a formação de monarquias centralizadas dinástico-territoriais, em conflito pela hegemonia da Europa.

Na França, em um contexto de guerras interestatais e civis religiosas, o jurista Jean Bodin desenvolveu uma das primeiras teorias sobre o poder soberano como principal agente da racionalização política:

Aquele que é soberano não deve estar sujeito ao comando de outrem em modo algum, e deve poder dar a lei aos seus súditos e apagar ou anular as palavras inúteis nela substituindo-as por outras, o que não pode ser feito por quem está sujeito às leis ou a pessoas que exercitem o poder sobre ele. Por isso, a lei afirma que o príncipe não está sujeito à autoridade das leis, e em latim a palavra lei significa o comando de quem tem o poder soberano. Assim como o papa, segundo os canonistas, nunca pode atar as próprias mãos, também não as pode atar o príncipe soberano, mesmo que o quisesse. Por isso, no fim dos editos e das ordenanças vemos as palavras “pois tal é o nosso prazer”, para que esteja claro que as leis do príncipe soberano, mesmo que fundadas em motivos válidos e concretos, dependem apenas de sua pura e livre vontade. Quanto, porém, às leis naturais e divinas, todos os príncipes da terra estão sujeitos a elas, nem possuem poder para transgredi-las, se não quiserem serem culpados de lesa majestade divina, pondo-se em guerra contra aquele Deus a cuja majestade todos os príncipes da terra devem se submeter, com absoluto temor e reverência.

Adaptado de J. Bodin, *I sei libri dello Stato*. Torino: Utet, 1964, livro I, cap. VIII, p. 358-362.

Com base no trecho e em seus conhecimentos, assinale a afirmativa que caracteriza corretamente o conceito moderno de estado e de soberania em Bodin.

- (A) Exercer a soberania absoluta, fazendo uso integral dos poderes da soberania, significa poder modificar o direito ordinário, consuetudinário e as leis fundamentais do Reino.
- (B) Para que o poder seja absoluto, deve se sobrepor a todos os demais poderes, por isso ele se manifesta na prerrogativa de não se submeter à autoridade das leis.
- (C) O poder absoluto consiste na faculdade de derrogar as leis civis, no caráter juridicamente incondicionado da soberania e em sua limitação pelo direito divino e natural.
- (D) O Estado moderno é caracterizado por uma entidade soberana, o Estado, que exerce o poder coercitivo sobre um território e possui o monopólio do uso legítimo da força.
- (E) A soberania moderna baseia-se na divisibilidade de poderes exercidos por um Estado sobre uma comunidade política, submetida aos poderes soberano, divino e natural.

33

Democracia e partidos: quatro princípios teóricos.

Na segunda metade do século XX, a ciência política analisou os efeitos da combinação entre instituições de governo e estruturas políticas sobre o desempenho democrático. Os estudos de Duverger (1957) sobre a democracia bipartidária; a tese de Linz (1990) sobre as vantagens do parlamentarismo; as hipóteses de Mainwaring (1993) sobre a instabilidade do presidencialismo, entre outros, permitiram estabelecer os princípios que consideram o desempenho democrático de instituições e estruturas políticas:

- 1º. A democracia em sistema parlamentarista ou presidencialista é estável quando combinada com o bipartidarismo;
- 2º. A democracia em sistema parlamentarista é estável quando combinada com o multipartidarismo;
- 3º. A democracia em sistema semipresidencialista é estável qualquer que seja o sistema de partidos com o qual esteja combinada;
- 4º. A democracia em sistema presidencialista é instável quando combinada com o multipartidarismo.

Adaptado de CHASQUETTI, D. Democracia, multipartidismo y coaliciones en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

Com base no exposto, é correto afirmar que

- (A) o primeiro princípio é exemplificado pelos casos da Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Estados Unidos, Costa Rica, Colômbia, Venezuela (até 1993) e Uruguai (até 1971).
- (B) o segundo princípio é verificado em muitas democracias parlamentares europeias, como as da Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda, Itália, Noruega, Suécia, Grécia e Turquia.
- (C) o terceiro princípio, relativo ao semipresidencialismo, tem correspondência empírica nos casos da Quinta República Francesa, da Bélgica e da Finlândia.
- (D) o quarto princípio é exemplificado pelo êxito das democracias que combinam presidencialismo e multipartidarismo como no Brasil, Equador, Jamaica e Chile.
- (E) a instabilidade indicada no quarto princípio se baseia na natureza colegiada do Executivo e na ausência do mecanismo do voto de desconfiança para a autonomia do Legislativo.

34

As atribuições a seguir exemplificam corretamente a força política do Senado brasileiro e das principais câmaras altas nos sistemas políticos bicamerais ocidentais vigentes, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Participar da aprovação de alterações na Constituição.
- (B) Aprovar o endividamento externo de estados e municípios.
- (C) Autorizar o decreto de estado de guerra, de emergência ou de lei marcial ad referendum da câmara baixa.
- (D) Aprovar a escolha de autoridades na área econômica, tais como presidente e diretores do Banco Central.
- (E) Participar da destituição legal de ocupante do cargo de presidente, primeiro-ministro ou ministros de Estado.

35

No Brasil, o debate sobre o pacto federativo é recorrente em momentos de crise econômica e de governabilidade, estando associado ao desequilíbrio estrutural entre a descentralização de recursos, estabelecida pela Constituição de 1988, e a correspondente indefinição da redistribuição das responsabilidades sobre os serviços. Esse cenário teria se agravado nas últimas décadas, com o aumento das obrigações estaduais e municipais em relação a áreas como saúde, segurança e educação, por exemplo, sem o devido crescimento de arrecadação destinada a essas entidades federativas.

Adaptado de <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pacto-federativo>.

Sobre os conflitos de ordem fiscal, institucional e política associados ao pacto federativo vigente, analise as afirmativas a seguir.

- I. As reivindicações de governadores e prefeitos para revisão das dívidas destes com a União, e para receber compensações tributárias decorrentes de desonerações promovidas pela União em relação às exportações e aos produtos da cesta básica, entre outros, exemplificam como a concentração de competências tributárias e de recursos financeiros na União afeta criticamente o pacto federativo.
- II. As disputas sobre o orçamento público autorizativo ou impositivo, o peso das despesas com empregados celetistas e estatutários - e seus custos previdenciários - para estados-membros e municípios, e a revisão das regras dos Fundos Federais de Participação de estados e municípios, entre outros, exemplificam como o desequilíbrio institucional entre a União e os entes federados contribui para a crise do pacto federativo.
- III. A exacerbação do multipartidarismo, a inexistência de fidelidade partidária e a dificuldade de o Executivo garantir uma maioria legislativa induzem à formação de coalizões, mediante alianças políticas, mas também por práticas de clientelismo, nepotismo e *rent-seeking*, o que exemplifica como o presidencialismo de coalização pode fomentar um quadro de corrupção e ineficiência na alocação de recursos públicos, sendo um elemento de instabilidade para o pacto federativo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

36

A respeito dos sistemas de votação majoritário, proporcional, distrital e distrital misto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nas eleições majoritária e distrital mista, os eleitores têm dois votos: um para candidatos no distrito e outro para as legendas partidárias.
- (B) Na eleição proporcional, a representação política é distribuída entre partidos políticos ou coligações, considerando a votação do candidato e de seu partido ou coligação.
- (C) Nos Estados Unidos, França e Itália aplicam-se diversos tipos de voto distrital e no Brasil ele foi adotado na experiência parlamentarista da década de 1960.
- (D) Nas eleições proporcionais, leva-se em consideração o quociente partidário, isto é, a soma do número de votos válidos, dividida pelo número de cadeiras em disputa.
- (E) No Brasil, o voto proporcional é usado para a eleição de vereadores, deputados estaduais, federais e distritais, apenas com base nos votos atribuídos ao partido político.

37

Os critérios de eficiência, eficácia e efetividade podem ser usados para avaliar os impactos da aplicação de uma legislação. Nesse caso, a avaliação legislativa examina se a legislação é efetiva, vale dizer, se o comportamento adotado pelos destinatários da norma está de acordo com o esperado; eficaz, vale dizer, se o texto legal está formulado para que os objetivos sejam alcançados; e eficiente, isto é, se os benefícios oriundos da lei compensam os custos impostos por ela, além de serem os menores possíveis.

Adaptado de Avaliação de impacto legislativo: cenários e perspectivas para sua aplicação. Brasília: Senado Federal, CET, 2017.

Com base no exposto, considere uma lei que torne obrigatório o uso de capacete especial para condutores e passageiros de motocicletas, visando a reduzir as mortes por traumatismo craniano nos acidentes com choque de veículos. Em seguida, avalie se as afirmativas a seguir são (V) verdadeiras ou (F) falsas.

- () Se for constatado que as pessoas passaram a utilizar o capacete em função da nova lei, esta pode ser considerada efetiva.
- () Se os óbitos em virtude de traumatismo craniano decorrentes de incidentes com motocicletas persistirem, a nova lei deve ser considerada ineficaz.
- () Se a obrigatoriedade do uso do capacete levou os motociclistas a serem menos cautelosos no trânsito, gerando mais acidentes, a eficiência e a efetividade da lei são baixas.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) V, V e F.
 (B) V, F e V.
 (C) F, F e V.
 (D) V, F e F.
 (E) V, V e V.

Avaliação de Políticas Públicas

38

Considerada uma área do conhecimento contida na Ciência Política, as políticas públicas foram adquirindo autonomia e status científico a partir de meados do século XX na Europa e Estados Unidos.

Com relação às diferentes conceituações de políticas públicas, analise os itens a seguir:

- I. Em 1936, Lasswell publica o livro “Política: quem ganha o quê, quando e como”, título considerado uma das definições de políticas públicas.
- II. O conceito de políticas públicas inclui tanto temas do governo como do Estado.
- III. As políticas públicas são o resultado da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados e, por isso, envolvem mais de uma decisão política.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
 (B) I e II, apenas.
 (C) I e III, apenas.
 (D) II e III, apenas.
 (E) I, apenas.

39

A avaliação de políticas públicas tem como objeto de estudo as decisões políticas e os programas de ação dos governos.

Com relação às teorias e modelos de análise contemporâneos de políticas públicas, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () No modelo de coligações de causa ou de interesse (*Advocacy Coalition Framework* - ACF), se analisa de que forma as questões são reconhecidas e os motivos que as levam a compor a agenda do governo.
- () No modelo sequencial, as políticas públicas são tomadas como resultado de um processo que se desenvolve em etapas, em um ciclo político que se repete.
- () No modelo do equilíbrio interrompido, o foco está voltado para a mudança de imagem da política pública.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
 (B) F, V e V.
 (C) V, F e F.
 (D) V, V e F.
 (E) V, F e V.

40

A agenda em políticas públicas é o conjunto de problemas públicos relevantes que podem se tornar um programa específico de governo. A relativa falta de clareza da agenda de políticas públicas é resultado da coexistência de várias agendas que nem sempre coincidem.

Relacione os tipos de agenda com suas respectivas definições:

1. Agenda da sociedade
 2. Agenda do governo
 3. Agenda de decisão
- () problemas de curto e médio prazo que podem afetar não só o governo, mas também os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- () questões que preocupam permanentemente diversos atores políticos e sociais.
- () problemas que um governo específico escolheu tratar, consoante a ideologia partidária e os projetos políticos.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1, 3 e 2.
 (B) 1, 2 e 3.
 (C) 2, 1 e 3.
 (D) 3, 1 e 2.
 (E) 3, 2 e 1.

41

A avaliação de uma política pública compreende a definição de critérios, indicadores e padrões (*performance standards*). Os critérios são mecanismos lógicos que servem como base para escolhas ou julgamentos. Os critérios se fundamentam em entendimentos valorativos da realidade e abastecem o avaliador de parâmetros para julgar se uma política pública funcionou bem ou mal.

Com relação aos critérios usados para avaliações de políticas públicas, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Economicidade refere-se ao nível de recursos utilizados (*inputs*).
- () Eficiência administrativa trata da relação entre produtividade (*outputs*) e recursos utilizados (*inputs*).
- () Efetividade corresponde aos resultados sociais (*outcomes*) com a redução do problema e a geração de valor para a população.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
 (B) F, V e V.
 (C) V, F e F.
 (D) V, V e F.
 (E) V, F e V.

42

A avaliação *ex ante* é um trabalho de investigação das possíveis consequências de cada alternativa com objetivo de trazer informações que ajudem o processo decisório de política pública. Existem duas tradições de avaliação *ex ante*: a análise racionalista e a análise argumentativa.

Sobre a avaliação *ex ante*, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () A análise racionalista privilegia a investigação de evidências quanto aos custos e benefícios de maneira estruturada.
- () A análise argumentativa utiliza prevalentemente projeções e predições.
- () A análise racionalista usa método de conjecturas para a avaliação *ex ante* de alternativa de política pública.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
 (B) F, V e V.
 (C) V, F e F.
 (D) V, V e F.
 (E) V, F e V.

43

Na literatura das ciências políticas, os atores são aqueles indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política.

Relacione os tipos de atores com suas respectivas características:

1. Políticos
 2. Designados politicamente
 3. Burocratas
 4. Grupos de Interesse
- () Podem ser considerados uma patologia do sistema democrático, pois conseguem desvirtuar, a seu favor, as decisões sobre políticas públicas.
- () Sua discricionariedade pode ser considerada necessária para aumentar a eficácia da ação pública.
- () Podem ser considerados uma fonte valiosa de poder para que a administração pública seja sensível às mudanças nas preferências do eleitorado.
- () São vistos como representantes legítimos de interesses com acesso privilegiado às esferas de poder estatal.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1, 3, 2 e 4.
 (B) 1, 4, 2 e 3.
 (C) 4, 2, 3 e 1.
 (D) 2, 4, 3 e 1.
 (E) 4, 3, 2 e 1.

44

O papel do Poder Legislativo na produção e na avaliação de políticas públicas é sancionar e promulgar as normas estabelecidas pela autoridade pública. A função legislativa pode ser um meio eficiente para realizar mudanças sociais de forma pacífica, de acordo com o direito, por meio da revisão, da modificação e da sanção de leis.

Entre os formatos que uma política pública pode assumir, o Poder Legislativo desenvolve, por meio do orçamento público, políticas públicas

- (A) distributivas.
- (B) redistributivas.
- (C) regulatórias.
- (D) constitutivas.
- (E) sequenciais.

Direito Administrativo

45

João, servidor público, acaba de assumir a chefia de determinado órgão público federal e, como sua primeira providência, solicitou ao Consultor Legislativo Márcio parecer sobre transparência ativa. Com base na lei de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011), Márcio consignou que é dever daquele órgão público promover a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por ele produzidas ou custodiadas

- (A) independentemente de requerimentos, que podem ser substituídos pela realização de audiências ou consultas públicas e incentivo à participação popular, em substituição à divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).
- (B) mediante provocação do interessado, sendo facultativa a divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).
- (C) mediante provocação de qualquer cidadão, sendo facultativa a divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).
- (D) mediante provocação de qualquer associação ou partido político, sendo facultativa a divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).
- (E) independentemente de requerimentos, sendo obrigatória a divulgação em sítio oficial da rede mundial de computadores (internet).

46

Cláudia é servidora pública federal ocupante do mesmo cargo efetivo há dez anos e deseja afastar-se do serviço para participar, como aluna, em programa de pós-graduação *stricto sensu* consistente em mestrado em Direito Constitucional e Processo Legislativo em instituição de ensino superior no país, a fim de melhor se qualificar para o exercício de suas funções públicas. No entanto, diante da intensa carga horária do curso e dos horários oferecidos para as disciplinas obrigatórias, Cláudia verificou não ser possível que sua participação ocorra simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

De acordo com o regime jurídico da Lei nº 8.112/1990, preenchidos os requisitos legais, Cláudia

- (A) pode, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração.
- (B) tem direito subjetivo à participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, sem a respectiva remuneração.
- (C) pode, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, sem a respectiva remuneração.
- (D) tem direito subjetivo à participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, sem a respectiva remuneração, desde que não tenha se afastado por licença para tratar de assuntos particulares nos cinco anos anteriores à data do requerimento de afastamento.
- (E) tem direito subjetivo à participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, com a respectiva remuneração, mas terá que permanecer no exercício de suas funções, após seu retorno, por um período mínimo igual ao dobro do afastamento concedido, sob pena de ressarcir os gastos do erário com seu aperfeiçoamento.

47

O Presidente do Senado Federal, por estar sobrecarregado de trabalho, pretende delegar sua competência para editar ato normativo referente a determinada questão de pessoal ao servidor público Moacir, Diretor do Departamento de Recursos Humanos, que é especializado em gestão de pessoal no serviço público.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 9.784/1999, a pretensão de delegação é

- (A) viável, desde que seja comprovada a qualificação técnica do servidor, no bojo de processo administrativo.
- (B) viável, desde que a delegação seja aprovada pela maioria dos Senadores da República.
- (C) inviável, pois a competência administrativa é, em regra, indelegável, irrenunciável e prorrogável.
- (D) inviável, por vedação legal de delegação para a matéria indicada.
- (E) inviável, por vedação legal de delegação de qualquer matéria para servidor público, mas seria possível delegação para outro parlamentar.

48

O Senado Federal pretende realizar contratação que tem por objeto aquisição de peças de origem nacional necessárias à manutenção de equipamentos a serem adquiridas do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, sendo certo que essa condição de exclusividade é indispensável para a vigência da garantia.

No caso em tela, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratação pretendida

- (A) deve ser precedida de necessário procedimento licitatório, haja vista a origem nacional das peças a serem adquiridas.
- (B) pode ser objeto de dispensa de licitação, diante de expressa previsão legal.
- (C) pode ser objeto de inexigibilidade de licitação, diante de expressa previsão legal.
- (D) deve ser precedida de necessário procedimento licitatório, cuja modalidade é definida em razão do valor estimado da contratação.
- (E) deve ser precedida de necessário procedimento licitatório, cuja modalidade é definida em razão da natureza da contratação.

49

Maria, ocupante do cargo efetivo de Consultor Legislativo do Senado Federal, no exercício da função, na condução de determinado processo administrativo que tratava de questão meramente patrimonial, praticou ato ilícito que causou danos materiais a Carla, administrada que figurava como parte no mencionado processo.

Inconformada, Carla ajuizou ação indenizatória em face

- (A) do Poder Legislativo Federal, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, que independe da comprovação do dolo ou culpa de Maria, que está sujeita à ação regressiva, caso presente o elemento subjetivo em sua conduta.
- (B) do Senado Federal, com base em sua responsabilidade civil objetiva, que independe da comprovação do dolo ou culpa de Maria, que está sujeita à ação regressiva, em razão de sua responsabilidade civil subjetiva.
- (C) do Senado Federal, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, que depende da comprovação do dolo ou culpa de Maria, que está sujeita à ação regressiva, caso presente o elemento subjetivo em sua conduta.
- (D) da União, com base em sua responsabilidade civil objetiva, que independe da comprovação do dolo ou culpa de Maria, que, em caso de condenação da União, está sujeita à ação regressiva, diante de sua responsabilidade civil subjetiva.
- (E) da União, com base em sua responsabilidade civil objetiva, e Maria, em caso de condenação da União, está sujeita à ação regressiva para ressarcimento ao erário, independentemente de ter agido com dolo ou culpa.

50

O Ministério Público Federal ajuizou ação de improbidade administrativa em face de João, ocupante do cargo efetivo de Consultor Legislativo do Senado Federal, imputando-lhe a prática de conduta ímproba comissiva dolosa que atentou contra os princípios da administração pública, por violação dos deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade. De acordo com a acusação, o servidor João, de forma livre e consciente, no mês de agosto de 2022, revelou fato de que tinha ciência em razão das atribuições e que devia permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada.

No caso narrado, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (com redação dada pela Lei nº 14.230/21),

- (A) o servidor João praticou ato de improbidade administrativa e ainda teria praticado o ato ímprobo, mesmo que sua conduta tivesse sido omissiva ou culposa, diante da inequívoca violação a princípios da administração pública.
- (B) o juízo competente deve proferir sentença na ação de improbidade administrativa aplicando a João sanções como a perda da função pública e o pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- (C) o servidor João não praticou ato de improbidade administrativa, exceto se for comprovada a efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público e, na ausência de prejuízo ao erário, deve ser responsabilizado apenas nas esferas criminal e administrativa.
- (D) o juízo competente, ao proferir sentença na ação de improbidade administrativa, não pode condenar João a perda da função pública, por ausência de previsão legal dessa sanção para o tipo de ato ímprobo praticado.
- (E) o juízo competente deve proferir sentença na ação de improbidade administrativa aplicando a João sanções, como a suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos e a proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos.

51

O Município Alfa firmou parceria com a Organização da Sociedade Civil Beta, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, para atuação na oferta de serviços de proteção social especial para população em situação de vulnerabilidades e riscos sociais oriundas de condições de dependência química relacionada ao álcool. Sabe-se que a citada parceria foi estabelecida para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública, para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, que envolveram a transferência de recursos financeiros.

Conforme dispõe a Lei nº 13.019/14, o instrumento jurídico por meio do qual foi formalizada tal parceria é o(a)

- (A) termo de fomento.
- (B) contrato de gestão.
- (C) termo de colaboração.
- (D) parceria público-privada.
- (E) acordo de cooperação.

52

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Nesse contexto de tratamento de dados pessoais, de acordo com a citada lei, a empresa pública federal Alfa, quando estiver operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas, terá o

- (A) mesmo tratamento dispensado aos órgãos e às entidades do Poder Público.
- (B) tratamento específico que lhe conferir o Tribunal de Contas da União, na qualidade de órgão gestor de dados.
- (C) tratamento específico que lhe conferir a autoridade nacional de proteção de dados, similar à iniciativa privada.
- (D) mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares.
- (E) tratamento específico que lhe conferir o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, similar à iniciativa privada.

Direito Constitucional

53

Em razão de grave instabilidade institucional ocorrida em determinada região do País, com a participação direta de certas estruturas estatais de poder, um assessor sugeriu ao Presidente da República que decretasse o estado de sítio.

A sugestão apresentada, considerando os balizamentos oferecidos pela sistemática constitucional, mostra-se

- (A) incorreta, pois o estado de sítio é decretado pelo Congresso Nacional, cumprindo ao Presidente da República apenas executá-lo.
- (B) correta, devendo o Chefe do Poder Executivo solicitar autorização ao Congresso Nacional para decretar a medida.
- (C) correta, devendo o Chefe do Poder Executivo editar o respectivo decreto, submetendo-o, em seguida, ao Congresso nacional.
- (D) incorreta, pois os fatos descritos não permitem a decretação do estado de sítio.
- (E) correta, devendo o Presidente da República ouvir os Conselhos da República e de Defesa Nacional, e solicitar autorização do Congresso Nacional para decretar a medida.

54

Com o objetivo de tornar mais equânimes os critérios de promoção dos magistrados, o Estatuto da Magistratura do Estado Alfa dispôs que as promoções dos Juizes de Direito, de entrância para entrância, observariam alternadamente, conforme surgissem as vagas, os critérios do merecimento, da antiguidade e do sorteio, o que foi muito festejado pelos juizes do respectivo Estado.

Insatisfeito com o teor do referido diploma normativo, o Partido Político Alfa, com legitimidade para deflagrar o controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, solicitou que seu advogado se manifestasse sobre a constitucionalidade, ou não, desse diploma normativo.

O advogado respondeu corretamente que o Estatuto da Magistratura do Estado Alfa é

- (A) formal e materialmente constitucional.
- (B) formal e materialmente inconstitucional.
- (C) formalmente inconstitucional e materialmente constitucional.
- (D) formalmente constitucional e materialmente inconstitucional.
- (E) formal e materialmente constitucional desde que os preceitos do referido diploma normativo estejam lastreados em permissivo da Constituição Estadual.

55

O Presidente da República foi comunicado por determinado Ministro de Estado sobre a existência de cem cargos públicos de provimento efetivo que não mais se mostravam necessários, sendo sugerida a sua extinção.

Nesse caso, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a extinção dos referidos cargos públicos

- (A) quer estejam vagos, quer estejam ocupados, pode ser realizada via decreto do Presidente da República, vedada a delegação da respectiva competência ao Ministro de Estado.
- (B) quer estejam vagos, quer estejam ocupados, pode ser realizada via decreto do Presidente da República, permitida a delegação da respectiva competência ao Ministro de Estado.
- (C) pode ser promovida por decreto do Presidente da República apenas se estiverem vagos, permitida a delegação da respectiva competência ao Ministro de Estado.
- (D) pode ser promovida por decreto do Presidente da República apenas se estiverem vagos, vedada a delegação da respectiva competência ao Ministro de Estado.
- (E) em razão do princípio da paridade das formas, deve ser necessariamente realizada na forma prevista em lei, quer estejam vagos, quer ocupados.

56

Cerca de um ano após o deferimento de sua aposentaria pelo órgão federal competente, Joana tomou conhecimento, por meio de uma colega, de que o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou irregularidades na contagem de seu tempo de serviço, o que resultou na conclusão de que o benefício previdenciário foi concedido de maneira irregular, sendo, portanto, ilegal.

Surpresa com a informação, Joana consultou um advogado, sendo-lhe corretamente informado que

- (A) a aposentadoria de Joana somente poderia produzir efeitos após a aprovação do respectivo ato pelo TCU.
- (B) a manifestação do TCU foi ilícita, pois deveria se restringir à emissão de parecer, cabendo ao Poder Legislativo a decisão final.
- (C) a manifestação do TCU afrontou a autonomia política do ente federativo que concedeu a aposentadoria, sendo nitidamente ilícita.
- (D) a manifestação do TCU foi ilícita, pois Joana não foi ouvida no curso do processo administrativo, o que afrontou o contraditório e a ampla defesa.
- (E) a manifestação do TCU produz, como efeito, a negativa de registro do ato de aposentadoria, cabendo ao órgão de origem a adoção das medidas necessárias.

57

João, ocupante, no âmbito do Estado Alfa, do cargo de provimento efetivo de engenheiro, foi eleito Vereador do Município Beta. Por ter dúvida em relação à possibilidade, ou não, de acumular os cargos e, em caso positivo, se os estímulos recebidos em cada qual poderiam ser recebidos de maneira cumulativa, João consultou um advogado, o qual lhe respondeu corretamente que ele

- (A) pode acumular o cargo eletivo com o de provimento efetivo, caso haja compatibilidade de horários, devendo receber os estímulos de ambos, sendo cada qual cotejado isoladamente com o teto remuneratório constitucional.
- (B) pode acumular o cargo eletivo com o de provimento efetivo, caso haja compatibilidade de horários, devendo receber os estímulos de ambos, os quais, somados, serão cotejados com o teto remuneratório constitucional.
- (C) pode acumular o cargo eletivo com o de provimento efetivo, caso haja compatibilidade de horários, devendo optar pelo estímulos de um ou outro.
- (D) não pode acumular o cargo eletivo com o de provimento efetivo, mas pode optar pelo recebimento do estímulos de valor mais elevado.
- (E) não pode acumular o cargo eletivo com o de provimento efetivo, recebendo apenas os subsídios afetos ao primeiro.

58

Juan, brasileiro nato e artista plástico de renome internacional, embora fosse apaixonado pelo Brasil, requereu a nacionalidade do País Alfa, que integra a União Europeia, de modo a facilitar o recebimento de financiamentos e a realização de negócios no âmbito dos demais países que integram o referido bloco. O seu requerimento foi deferido, o que aumentou, inclusive, a facilidade do ingresso de Juan no território de Alfa nas sucessivas viagens que realizava, no curso do ano, a partir do território brasileiro.

Anos depois, Juan foi condenado, em sentença transitada em julgado, pela prática de crime no País Alfa. Como se encontrava em território brasileiro, o referido País solicitou a sua extradição.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, consoante a narrativa, que Juan

- (A) possui dupla nacionalidade, sendo uma delas brasileira, o que obsta o deferimento da extradição pretendida, qualquer que seja o crime praticado.
- (B) por ter a nacionalidade do País requerente, a extradição sempre deve ser deferida, ainda que mantenha, regularmente, a nacionalidade brasileira.
- (C) deve ter declarada a perda da nacionalidade brasileira pelo órgão competente, sendo possível, atendidos os requisitos formais exigidos, que seja deferida a extradição requerida.
- (D) é brasileiro nato, o que significa dizer que a nacionalidade do País Alfa, também ostentada por ele, não possui validade perante a lei brasileira, o que impede o deferimento da extradição.
- (E) possui dupla nacionalidade, sendo uma delas brasileira, o que obsta o deferimento da extradição pretendida, salvo se o crime praticado for o de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.

59

O Partido Político Alfa, que somente contava com representantes na Câmara dos Deputados, não no Senado Federal, foi procurado pelo Prefeito de uma grande capital brasileira, seu filiado, e questionado sobre a possibilidade de a Lei municipal nº XX/1987 ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade, considerando os diversos problemas que vinha causando à administração municipal, embora fosse visível a sua incompatibilidade com a ordem constitucional vigente, afrontando um de seus princípios estruturais.

Ao consultar seu advogado, foi corretamente informado ao Partido Político Alfa que a Lei municipal nº XX/1987

- (A) somente poderia ser impugnada em sede de controle difuso de constitucionalidade.
- (B) poderia ser impugnada em sede de controle concentrado de constitucionalidade, apenas perante o Supremo Tribunal Federal, e Alfa teria legitimidade para deflagrá-lo.
- (C) poderia ser impugnada em sede de controle concentrado de constitucionalidade, apenas perante o Supremo Tribunal Federal, e Alfa não teria legitimidade para deflagrá-lo.
- (D) poderia ser impugnada em sede de controle concentrado de constitucionalidade, apenas perante o Tribunal de Justiça do respectivo Estado, mas Alfa não teria legitimidade para deflagrá-lo.
- (E) poderia ser impugnada em sede de controle concentrado de constitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça do respectivo Estado ou perante o Supremo Tribunal Federal, e Alfa teria legitimidade para deflagrá-lo.

60

Ana, professora e estudiosa do federalismo, foi questionada por uma aluna a respeito dos balizamentos constitucionais a serem observados para a decretação de intervenção no ente federativo que não aplicar a receita mínima exigida na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme previsto na Constituição da República.

Ao contínuo ao questionamento, Ana respondeu corretamente no sentido de que

- (A) a intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal será da espécie provocada, enquanto a intervenção do Estado em seus Municípios será espontânea.
- (B) a intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal será da espécie espontânea, enquanto a intervenção do Estado em seus Municípios será provocada.
- (C) se trata de violação a um dos princípios sensíveis previstos na ordem constitucional, sendo que a intervenção, nesse caso, em qualquer ente federativo, sempre será provocada.
- (D) se trata de violação a um dos princípios sensíveis previstos na ordem constitucional, sendo que a intervenção, nesse caso, em qualquer ente federativo, sempre será espontânea.
- (E) embora a ordem constitucional admitida a decretação da intervenção, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, é imperativa a realização de prévia mediação, sob supervisão do Supremo Tribunal Federal.

Conhecimentos Específicos da Subárea

61

O Senado Federal editou a Resolução nº 13, de 2012, fixando alíquotas de ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

Sobre a referida resolução, analise as afirmativas a seguir.

- I. O objetivo da Resolução era solucionar a conhecida “Guerra dos Portos”, benefício fiscal comercial de ICMS voltado para as empresas importadoras, concedido por alguns Estados, sem a aprovação prévia do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz.
- II. A resolução extrapolou o previsto na Constituição Federal, visto que não cabe ao Senado Federal estabelecer as alíquotas de ICMS aplicáveis às operações interestaduais e de exportação.
- III. A resolução fixou alíquota única de 4% de ICMS nas operações interestaduais para produtos importados do exterior.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.

62

São hipóteses de renúncia de receita, devendo estar acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois exercícios seguintes, nos termos da lei de responsabilidade fiscal,

- (A) a anistia, a remissão e o crédito presumido.
- (B) a remissão e a alteração de alíquota do imposto de importação.
- (C) o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança e o subsídio.
- (D) o crédito presumido e a alteração de alíquota do imposto sobre produtos industrializados e sobre operações de crédito.
- (E) o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança e a isenção em caráter não geral.

63

O Decreto nº 70.235 dispõe sobre o processo administrativo fiscal (PAF) no âmbito federal. Sobre o PAF e à luz desse Decreto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os prazos do PAF são contados em dias úteis, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.
- II. É nula, por vício formal, a notificação de lançamento que não contenha a identificação da autoridade que a expediu.
- III. Enquanto não houver decisão final de impugnação ou recurso no PAF, o crédito ali discutido não constituirá óbice à emissão de certidão positiva com efeitos de negativa.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

64

Em relação à repartição das receitas tributárias prevista na Constituição Federal de 1988, pertencem aos Estados

- (A) 50% do produto da arrecadação do ITR, relativamente aos imóveis neles situados.
- (B) 50% do produto de arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- (C) 20% do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da sua competência residual.
- (D) 20% do produto de arrecadação do Imposto de Exportação, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações.
- (E) 30% do produto de arrecadação do IPI, relativamente aos contribuintes neles estabelecidos.

65

Relacione as leis orçamentárias federais com suas respectivas atribuições, definições ou conteúdo:

1. Plano plurianual
 2. Diretrizes orçamentárias
 3. Orçamento anual
- () Compreende as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- () Estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- () Compreende o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 2.
 (B) 2 – 3 – 1.
 (C) 1 – 2 – 3.
 (D) 3 – 2 – 1.
 (E) 2 – 1 – 3.

66

A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, conhecido como Simples Nacional.

No regime especial do Simples Nacional, pode, em regra, optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições, a microempresa ou empresa de pequeno porte

- (A) que tenha sócio domiciliado no exterior.
 (B) de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.
 (C) que possua débito parcelado com a Fazenda Pública Federal.
 (D) que se dedique ao loteamento e à incorporação de imóveis.
 (E) que realize cessão ou locação de mão de obra.

67

Recentemente, o Brasil firmou alguns acordos com Singapura, Suíça e Emirados Árabes Unidos com o objetivo de evitar a dupla tributação.

Sobre os acordos que visam evitar a dupla tributação, analise as afirmativas a seguir.

- I. A execução dos acordos e a sua incorporação à ordem jurídica interna depende do Congresso Nacional, que resolve, definitivamente, mediante decreto legislativo, sobre tratados, acordos ou atos internacionais, e do Presidente da República, que, além de poder celebrar esses atos, também dispõe da competência para promulgá-los mediante decreto.
- II. O Brasil adota, em sua política de negociação de tratados contra a dupla tributação, a Convenção Modelo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”), na qual é membro.
- III. Os acordos para evitar a dupla tributação são instrumentos de Direito Internacional Público, firmados entre Brasil e outros Estados soberanos, para evitar ou mitigar os efeitos da bitributação por meio de concessões mútuas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 (B) II, apenas.
 (C) I e III, apenas.
 (D) II e III, apenas.
 (E) I, II e III.

68

Em relação à obrigação tributária, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A pessoa jurídica imune, por não ser contribuinte do tributo, não tem obrigação de manter documentos, livros e escrita fiscal de suas atividades.
- () Não viola o princípio da legalidade tributária ato infralegal que atribui ao contribuinte deveres instrumentais com vistas a facilitar a fiscalização tributária.
- () O descumprimento de uma obrigação acessória pode gerar a aplicação de uma penalidade pecuniária que se converterá em uma obrigação principal.

As afirmativas são, segundo a ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V, V e V.
 (B) V, F e F.
 (C) F, V e F.
 (D) F, V e V.
 (E) F, F e F.

69

Em relação à prescrição do crédito tributário, é correto afirmar que

- (A) a prescrição do crédito tributário ocorrida antes do ajuizamento da execução fiscal não pode ser decretada de ofício, exigindo-se a oitiva prévia da fazenda pública.
- (B) no direito tributário, a prescrição é definida como a extinção do direito de constituir o crédito.
- (C) a prescrição é interrompida pela citação do devedor em execução fiscal.
- (D) a prescrição do crédito tributário e a decadência são causas de exclusão do crédito tributário.
- (E) a confissão de dívida para fins de parcelamento interrompe a prescrição.

70

Sobre as preferências e garantias do crédito tributário à luz do Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa correta.

- (A) O crédito tributário prefere aos créditos decorrentes da legislação do trabalho.
- (B) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, inclusive os bens absolutamente impenhoráveis por lei.
- (C) A presunção de fraude em relação à alienação ou oneração de bens ou rendas, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, somente pode ocorrer quando o crédito tributário já estiver em fase de execução fiscal.
- (D) A cobrança judicial do crédito tributário é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.
- (E) O crédito tributário decorrente de fato gerador ocorrido no curso do processo de falência é considerado como crédito extraconcursal para fins de classificação dos créditos na falência.

71

Sobre a aplicação e interpretação da legislação tributária, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A lei meramente interpretativa não pode ser aplicada retroativamente.
- () Aplica-se retroativamente nova lei que aplica multa de ofício mais branda, quando finalizado o processo no âmbito administrativo, mas ainda pendente de julgamento no judiciário.
- () Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente poderá utilizar a analogia, assim entendida como a interpretação extensiva para determinar, por exemplo, a incidência subjetiva de lei tributária concessiva de parcelamento.

As afirmativas são, segundo a ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F, V e F.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e V.
- (D) F, F e V.
- (E) V, F e F.

72

Em relação às isenções e benefícios fiscais referentes ao ICMS, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os convênios do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ podem prever a limitação da aplicação de suas cláusulas a determinado Estado da Federação.
- II. As reuniões do CONFAZ podem ser realizadas com a presença de representantes da maioria das Unidades da Federação.
- III. Os convênios ratificados obrigam todas as Unidades da Federação, salvo aquelas que não se tenham feito representar na reunião, ainda que regularmente convocadas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

73

Determinada pessoa jurídica requereu administrativamente a restituição de imposto sobre a renda pago a maior do último ano-calendário. No entanto, foi negado, administrativamente, o direito à restituição.

Em relação ao tema, o prazo de prescrição correto para ajuizamento, pela pessoa jurídica, da ação anulatória da decisão administrativa conta-se do seguinte modo:

- (A) 4 (quatro) anos da constituição definitiva do crédito.
- (B) 5 (cinco) anos do pagamento indevido.
- (C) 5 (cinco) anos da constituição definitiva do crédito.
- (D) 2 (dois) anos da decisão administrativa que denegar a restituição.
- (E) 5 (cinco) anos da data em que se tornou definitiva a decisão administrativa.

74

Em relação à distinção entre taxa e preço público, analise as afirmativas a seguir.

- I. A instituição do preço público não está sujeita ao princípio da legalidade tributária estrita.
- II. O preço público se distingue da taxa pois aquele não ostenta natureza tributária.
- III. O pedágio cobrado pela efetiva utilização de rodovias conservadas pelo Poder Público tem natureza jurídica de preço público.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

75

Sobre o fato gerador da obrigação tributária, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Na substituição tributária para frente, a lei atribui a sujeito passivo da obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto, contribuição ou taxa, cujo fato gerador ainda não ocorreu.
- () A autoridade administrativa não pode desconsiderar negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo, visto que tal desconsideração é de competência exclusiva de um magistrado, em razão do princípio da reserva de jurisdição.
- () O fato gerador da obrigação tributária principal deve estar previsto em lei, não sendo necessário ato administrativo para o surgimento da obrigação.

As afirmativas são, segundo a ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V, F e V.
- (B) F, F e V.
- (C) V, V e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e F.

76

No que se refere aos incentivos a projetos culturais da Lei Rouanet, também conhecida como Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8313, de 23 de dezembro de 1991), assinale a afirmativa correta.

- (A) O contribuinte do imposto de renda pode incentivar projetos culturais, através da doação e do patrocínio, a pessoa jurídica da qual o doador ou patrocinador seja sócio.
- (B) O patrocinador, tributado pelo lucro real, poderá deduzir do imposto de renda devido os valores contribuídos em favor de projetos culturais aprovados de acordo com a Lei Rouanet, não podendo exceder 4% do imposto devido.
- (C) As aplicações dos recursos nos projetos culturais, para o gozo dos incentivos fiscais, podem ser feitas por meio de intermediação.
- (D) Os projetos culturais da Lei Rouanet são automaticamente aprovados, não sendo necessária a prévia apresentação à autoridade competente.
- (E) As pessoas jurídicas tributadas pelo Simples Nacional podem patrocinar projetos culturais, na forma da Lei Rouanet.

77

Segundo a Constituição Federal, cabe ao Senado, por meio de Resolução,

- (A) fixar as alíquotas mínimas do ITCMD.
- (B) estabelecer as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
- (C) fixar as alíquotas máximas do IPVA.
- (D) fixar as alíquotas máximas e mínimas do ISS.
- (E) fixar alíquotas mínimas do ICMS nas operações internas para resolver conflito específico que envolva interesse de estados federados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por um terço de seus membros.

78

Caso o sujeito passivo da obrigação tributária possua débitos que ultrapassem 30% do seu patrimônio conhecido, a Fazenda Pública poderá ajuizar medida cautelar fiscal

- (A) somente após o ajuizamento da execução fiscal.
- (B) independe da prévia constituição do crédito tributário.
- (C) independente da prova documental de que os débitos ultrapassam 30% do patrimônio conhecido do contribuinte.
- (D) e a decretação da medida cautelar fiscal produzirá, de imediato, a indisponibilidade dos bens do requerido, até o limite da satisfação da obrigação.
- (E) e seu indeferimento obsta a que a Fazenda Pública ajuíze a execução judicial do crédito inscrito em Dívida Ativa.

79

Em relação à exclusão da responsabilidade por infrações tributárias, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a afirmativa falsa.

- () A denúncia espontânea não afasta o pagamento da multa de mora.
- () Não é considerada espontânea a denúncia apresentada pelo contribuinte após a autuação fiscal.
- () Na denúncia espontânea, não é necessário o pagamento do tributo no vencimento, bastando, se for o caso, a apresentação da declaração de débitos à Fazenda Pública.

As afirmativas são, segundo a ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F, V e F.
- (B) V, V e F.
- (C) F, V e V.
- (D) V, F e F.
- (E) F, F e V.

80

Sobre a administração tributária, assinale a afirmativa correta.

- (A) O sigilo bancário é um direito absoluto e se justifica em razão da proteção à intimidade e à vida privada, não cabendo à Fazenda Pública quebrá-lo.
- (B) Deve o contribuinte manter os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados pelo prazo de dez anos.
- (C) É vedada a divulgação, pela Fazenda Pública, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo, relativa a incentivo, renúncia, benefício de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica.
- (D) A certidão positiva de débitos com efeitos de negativa não pode ser expedida quando no processo de execução fiscal tiver sido efetivada penhora suficiente para garantir a execução, uma vez que não é hipótese de suspensão de exigibilidade do crédito.
- (E) A omissão de quaisquer dos requisitos obrigatórios previstos no Código Tributário Nacional para o termo de inscrição da dívida ativa é causa de nulidade da inscrição em dívida ativa.

81

É sabido que alguns tributos em nosso Sistema Tributário têm destinação específica e, ao mesmo tempo, temos a Desvinculação de Receitas da União (DRU) que consiste na desvinculação de órgão, fundo ou despesa:

- (A) até 31/12/2023, de 20% (vinte por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas.
- (B) das contribuições sociais para o custeio da Seguridade Social, exceto o salário-educação.
- (C) até 31/12/2025, de 20% (vinte por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas.
- (D) das contribuições sociais, exceto as contribuições de intervenção no domínio econômico.
- (E) até 31/12/2023, de 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas.

82

O Estado Z tem créditos tributários e estes são preferenciais em relação

- (A) aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado, na falência.
- (B) aos créditos com privilégio geral.
- (C) aos créditos extraconcursais na falência.
- (D) aos da legislação do acidente de trabalho.
- (E) aos da legislação do trabalho.

83

A empresa Wonderful, sediada em Anápolis (GO), contratou para um festival de música sertaneja que estava organizando em Pirenópolis (GO), a empresa QWU, sediada em Goiânia (GO) para a instalação do palco.

Assinale a opção que indica qual tributo decorre desta operação de instalação do palco e qual ente deve recebê-lo.

- (A) Imposto sobre Produtos Industrializados para a União Federal.
- (B) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza para o município de Pirenópolis.
- (C) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza para o município de Goiânia.
- (D) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços para o Estado de Goiás.
- (E) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza para o município de Anápolis.

84

A empresa EFEGEAGA tem débitos tributários inscritos em dívida ativa da União e pretende vê-los extintos por dação em pagamento na forma do Artigo 156, XI do Código Tributário Nacional (dação em bens imóveis).

Em relação a tal modalidade de extinção, é correto afirmar que

- (A) a dação em pagamento pode ser de um percentual do crédito tributário que se pretende liquidar, desde que superior a 20% da dívida.
- (B) a dação em pagamento, a critério do credor, pode envolver inclusive imóveis de difícil alienação aferida pela administração pública federal ou pelo IPHAN.
- (C) não é possível a complementação em dinheiro quando houver diferença entre o valor dos imóveis e o valor da dívida.
- (D) a dação em pagamento ocorre a critério do credor, em todos os imóveis da empresa, exceto os impenhoráveis por lei.
- (E) a dação em pagamento somente produzirá efeitos após a desistência de ação judicial proposta pelo devedor, em que se discute o crédito tributário, e também da renúncia do direito sobre o qual se funda a ação.

85

João Pedro, com 14 anos de idade, consegue, através do seu canal do Youtube, patrocínios remunerados. Seus pais, Maria e Edson, são divorciados, tendo a guarda judicial ficado com a mãe. Os dois trabalham, com remunerações mensais do pai de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e a mãe de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Em relação à tributação sobre a renda destes valores recebidos a título de patrocínios, assinale a afirmativa correta.

- (A) Por ser absolutamente incapaz, João Pedro está isento do IRPF.
- (B) Os valores, obrigatoriamente, serão tributados em nome do pai ou da mãe.
- (C) O pai será responsável pelo cumprimento das obrigações e declarará o IRPF no seu próprio CPF.
- (D) João Pedro poderá declarar em conjunto com a sua mãe, sendo dependente dela, mesmo que receba remuneração mensal maior.
- (E) João Pedro, mesmo menor, será responsável pelo pagamento do tributo e pelo cumprimento das obrigações.

86

Acerca do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, é correto afirmar que

- (A) terá alíquota mínima fixada por Lei Complementar Federal.
- (B) tem alíquota mínima fixada em 1% pelo Senado Federal para veículos de 2 (duas) rodas de até 170 (cento e setenta) cilindradas.
- (C) o percentual de 30% da sua arrecadação é devido ao município de licenciamento do automóvel.
- (D) não poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.
- (E) o Estado-membro ficará com 50% da arrecadação do tributo sobre os veículos automotores licenciados em seu território.

87

Diego Coimbra foi assentado com sua família num imóvel rural compreendido em programa oficial de reforma agrária, cabendo a eles uma fração ideal de 40 hectares nos arredores de uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Não possui outro imóvel e o assentamento está sendo explorado por associação ou cooperativa de produção.

Em relação a sua situação em relação ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tem imunidade por se tratar de assentamento de Reforma Agrária.
- (B) Tem isenção por se tratar de assentamento de Reforma Agrária.
- (C) Tem isenção por sua fração ideal ser inferior a 50 hectares.
- (D) É contribuinte do ITR por sua fração ideal ser superior a 30 hectares.
- (E) É contribuinte do ITR por não haver isenção em lei para assentamentos de Reforma Agrária.

88

Paulo Souto é eletricista e trabalha por conta própria. Tem a preocupação de recolher suas contribuições previdenciárias mensalmente para que possa se aposentar com algo em torno de 4 salários mínimos, sem necessidade de complementações, já que esta é sua remuneração mensal.

Nesse caso, Paulo deve

- (A) recolher como MEI - Microempreendedor individual no percentual de 11% (onze por cento) do salário mínimo.
- (B) recolher como segurado de baixa renda no percentual de 11% (onze por cento) do salário mínimo.
- (C) recolher como MEI - Microempreendedor individual no percentual de 5% (cinco por cento) do salário mínimo.
- (D) recolher como contribuinte individual no percentual de 11% (onze por cento) da sua remuneração mensal.
- (E) recolher como contribuinte individual no percentual de 20% (vinte por cento) da sua remuneração mensal.

89

As CIDEs – Contribuições de Intervenção sobre o Domínio Econômico – decorrem da necessidade de uma intervenção estatal em um setor econômico e têm finalidade específica.

Sobre estes tributos, é correto afirmar que

- (A) não incidirão sobre receitas de exportação e importação de produtos estrangeiros.
- (B) não poderão incidir uma única vez.
- (C) poderão ter alíquotas *ad valorem* com base no faturamento, na receita bruta ou no valor da operação.
- (D) a pessoa natural destinatária das operações de importação não poderá ser equiparada a pessoa jurídica.
- (E) não poderão incidir sobre serviços.

90

A medida cautelar fiscal **não** poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário quando o devedor

- (A) possui débitos, inscritos ou não em Dívida Ativa, que somados ultrapassem vinte e cinco por cento do seu patrimônio conhecido.
- (B) caindo em insolvência, tenta alienar bens.
- (C) sem domicílio certo, deixa de pagar a obrigação no prazo fixado.
- (D) tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio.
- (E) tem sua inscrição no cadastro de contribuintes declarada inapta, pelo órgão fazendário.

91

A Associação Civil sem fins lucrativos *Consciência* tem como finalidade a educação de crianças com deficiência mental, concentrando seus serviços apenas para este grupo.

Em relação ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, assinale a afirmativa correta sobre seu tratamento tributário.

- (A) Será imune com a possibilidade de remuneração de seus diretores estatutários.
- (B) Será isenta e tem de aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais.
- (C) Será imune e tem de aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais.
- (D) É hipótese de não incidência do IRPJ por ser sem fins lucrativos.
- (E) Será isenta com a vedação de superávit nas suas contas.

92

Mario Moreira, servidor concursado da União desde 2014, perdeu seu cargo por ato normativo motivado em razão do descumprimento do limite fixado em lei complementar com as despesas do pessoal ativo e inativo.

Mario então consultou seu advogado se terá direito a alguma indenização por parte da União, ao que o advogado respondeu corretamente que

- (A) sim, Mário receberá 8 meses de remuneração correspondentes aos 8 anos de serviço.
- (B) sim, Mário receberá integralmente sua remuneração por 1 ano e, no segundo ano, receberá 50% (cinquenta por cento) desta.
- (C) sim, Mário receberá 80% (oitenta por cento) da remuneração por 3 anos.
- (D) sim, Mário receberá 16 meses de remuneração correspondentes aos 8 anos de serviço.
- (E) Mário não terá direito a nenhuma indenização.

93

Em determinado ano após 2019, a Justiça Militar da União descumpriu o limite individualizado para as despesas primárias e nos exercícios seguintes não conseguiu mais se adequar.

Como efeito deste descumprimento:

- (A) poderá conceder reajuste ou adequação de remuneração aos seus servidores.
- (B) não poderá criar cargo ou função mesmo que não impliquem em aumento de despesa.
- (C) não poderá contratar pessoal em caso de vacância de cargos efetivos ou vitalícios.
- (D) poderá criar apenas despesas obrigatórias.
- (E) poderá repor cargos de chefia e direção que não acarretem aumento de despesa.

94

A Empresa GHIK teve receita anual no ano-calendário anterior de R\$ 72.000.000 (setenta e dois milhões de reais) e isenção de IRPJ de 50% (cinquenta por cento), autorizada pela legislação tributária.

Nesse caso, o regime tributário do IRPJ que pode ser adotado é o do lucro

- (A) presumido com recolhimento mensal.
- (B) real ou do lucro presumido.
- (C) presumido com apuração trimestral.
- (D) arbitrado.
- (E) real com apuração anual ou trimestral.

95

A base de cálculo da CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas – é o valor do resultado do exercício, antes da provisão para o imposto de renda, apurado com observância da legislação comercial e será ajustado pela

- (A) adição do resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido.
- (B) adição dos lucros e dividendos derivados de participações societárias em pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil que tenham sido computados como receita.
- (C) adição do resultado negativo da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido.
- (D) adição do valor das provisões não dedutíveis da determinação do lucro real, inclusive a provisão para o Imposto de Renda.
- (E) exclusão do valor de reserva de reavaliação, baixada durante o período-base, cuja contrapartida não tenha sido computada no resultado do período-base.

96

Determinado clube de futebol resolve se tornar Sociedade Anônima de Futebol com o objetivo de se tornar mais competitivo e conseguir sobreviver em meio as suas dívidas, ficando sujeito ao recolhimento tributário na forma do Regime de Tributação Específica do Futebol que implica no recolhimento

- (A) unificado e mensal de diversos tributos, como IRPJ, Cofins, Contribuição sobre o Lucro Líquido na alíquota de 5% (cinco por cento) de suas receitas mensais recebidas, nos 5 primeiros anos.
- (B) unificado e mensal de diversos tributos, como IRPJ, Cofins, Contribuição sobre o Lucro Líquido na alíquota de 10% (dez por cento) de suas receitas anuais recebidas, nos 5 primeiros anos.
- (C) unificado e mensal de diversos tributos, como IRPJ, IOF, Contribuição para o PIS na alíquota de 5% (cinco por cento) de suas receitas mensais recebidas, estando isento das contribuições para a seguridade social, nos 5 primeiros anos.
- (D) unificado e mensal de diversos tributos, como IRPJ, Cofins, Contribuição sobre o Lucro Líquido na alíquota de 7,5% (sete e meio por cento) de suas receitas mensais recebidas, nos 5 primeiros anos.
- (E) mensal e unificado nos 5 primeiros anos, na alíquota de 5% (cinco por cento), apenas em relação ao IRPJ, Cofins e Contribuição sobre o Lucro Líquido.

97

A empresa GamaZeta importou do exterior, bens para o exercício de sua atividade. Para fins de dedução do IRPJ e da CSLL do lucro real, o método que a empresa poderá utilizar para preços de transferência é:

- (A) Método do Preço de Venda nas Exportações (PVEx).
- (B) Método do Preço de Venda a Varejo no País de Destino, Diminuído do Lucro (PVV).
- (C) Método do Preço de Venda Por Atacado no País de Destino Diminuído do Lucro (PVA).
- (D) Método dos Preços Independentes Comparados (PIC).
- (E) Método do Custo de Aquisição ou de Produção mais Tributos e Lucro (CAP).

98

A economia brasileira muito depende das exportações de produtos e matérias-primas, com forte incentivo que se configura na redução de tributos.

Considerando esta realidade, assinale a opção que apresenta produtos sobre os quais incide o Imposto de Exportação.

- (A) Refrigerantes e munição.
- (B) Cigarros que contenham tabaco.
- (C) Bebidas alcoólicas e cigarros.
- (D) Grãos transgênicos.
- (E) Apenas bebidas alcoólicas artesanais.

99

A escola APRENDENDO, situada no município de Guaratinguetá (SP), foi incorporada ao grupo de ensino KNOWALL, situado na cidade de São Paulo (SP), inclusive com a transferência de propriedade do imóvel onde funciona há vinte anos.

Quanto a esta última operação de transferência do imóvel, assinale a opção que responde corretamente à indagação: “Haverá incidência tributária?”.

- (A) Não, por ser imune de ITBI a transmissão de bens imóveis decorrente de incorporação de pessoa jurídica.
- (B) Sim, haverá pagamento de ITBI em São Paulo (SP).
- (C) Não, por não incidir ITBI nas transferências entre pessoas jurídicas.
- (D) Não, por ser isenta de ITBI a transmissão de bens imóveis decorrente de incorporação de pessoa jurídica.
- (E) Sim, haverá pagamento de ITBI na cidade de Guaratinguetá (SP).

100

A União, como forma de incentivar as atividades culturais, permite que se deduza do Imposto de Renda os valores dispendidos com doações e patrocínios autorizados pelo Ministério da Cultura:

- (A) no segmento de música popular brasileira.
- (B) nas doações de acervos para bibliotecas públicas e particulares.
- (C) no segmento de música erudita e instrumental.
- (D) na construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, em Municípios com menos de 150.000 (cento e cinquenta mil) habitantes.
- (E) prevendo-se que apenas pessoas jurídicas possam usufruir dessa dedução.

Realização

